

A Falência do Modelo Brasileiro no Tsunami da IA

Parece ter passado despercebido à equipe do ministro Fernando Haddad o verdadeiro espírito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), que se autodefine como uma iniciativa de “IA para o Bem de Todos”. Ao propor, em parceria com o MDIC e o MCTI, o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (REDATA), o Ministério da Fazenda afasta-se claramente das diretrizes e princípios defendidos pelo PBIA, que priorizam autonomia tecnológica, desenvolvimento nacional e soberania digital.

No livro “Soberania Digital – Colonização & Letramento”, chamo atenção para o abismo crescente entre o Brasil e as oportunidades sociais e econômicas trazidas pela Inteligência Artificial. Mostro ali como o velho hábito nacional de “deixar pra depois” uma política efetiva de Ciência, Tecnologia e Inovação — junto com o atraso no letramento digital da população — pode nos custar caro: o fortalecimento de uma nova colonização digital, silenciosa, profunda e de difícil retorno.

A proposta levada aos Estados Unidos, que apresenta o Brasil como um paraíso fiscal para as big techs, contradiz frontalmente o espírito do PBIA, cuja diretriz central é promover uma “IA para o bem de todos”, orientada ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País, com foco no fortalecimento da autonomia nacional e da competitividade brasileira no cenário global (p. 24, PBIA).

O REDATA concede suspensão de PIS, Cofins e IPI às empresas que instalem data centers no Brasil, em troca de contrapartidas tímidas — apenas 2% destinados a P&D e 10% da capacidade reservada ao mercado interno. No papel, soa como avanço; na prática, é um “trickle-down digital”: as gigantes globais ficam com os benefícios, enquanto o país arca com os custos e recebe migalhas.

Esta estrutura favorece sobretudo companhias estrangeiras que não prestam serviços a clientes brasileiros, já que PIS e Cofins são tributos não cumulativos e as empresas nacionais de maior porte poderiam compensar parte desses valores via crédito tributário. Para corrigir o desequilíbrio, seria necessário preservar o direito ao crédito para as empresas brasileiras que atuam localmente, garantindo competitividade, inovação e o fortalecimento da indústria nacional de data centers, conforme preconizado no espírito do PBIA.

Ora, o PBIA é cristalino quando define, na Ação 41, Desenvolvimento de data centers nacionais como um pilar da soberania digital. Ele prega a redução da dependência de servidores estrangeiros e a criação de uma “nuvem soberana”, aquela capaz de proteger informações estratégicas de órgãos públicos, centros de pesquisa e instituições de Estado, garantindo que os dados sensíveis dos brasileiros permaneçam sob jurisdição nacional (pág. 85, PBIA).

O contraste é notável! Enquanto o PBIA defende uma infraestrutura nacional, verde e descentralizada, o REDATA surge como uma espécie de atalho colonial high-tech, um “plano de incentivos” que terceiriza o futuro brasileiro da IA e ainda com desconto fiscal. Em vez de fomentar a criação de data centers públicos e privados sob controle nacional, o governo parece disposto a entregar isenção e território para que as big techs consolidem aqui seus depósitos de dados, transformando o Brasil em mero celeiro digital: rico em energia limpa, mas pobre em autonomia e desenvolvimento científico & tecnológico.

Enquanto o PBIA propõe uma “IA para o bem de todos”, o REDATA reforça a hegemonia em IA das big techs e o lucro de poucos, a caminho da falência da soberania de um modelo brasileiro, no tsunami da IA Generativa (ChatGPT e similares), prenúncio de uma colonização digital sem precedentes.

A consulta pública da MP 1.318/2025 (REDATA) foi aberta em 26 de setembro e se encerra em 26 de outubro, um mês para discutir o futuro digital e energético do país. E, para ilustrar os

descaminhos da “generosa” proposta de atrair as big techs para o Brasil, é bom categorizarmos o problema dos datacenters em dois mundos distintos:

1. Data center convencional / Nuvem: aqui predomina o armazenamento e o processamento de aplicações clássicas (bancos de dados, e-mails, sites, aquele mundo de planilhas e rotinas empresariais). São os data centers “tradicionais”, de carga previsível e impacto controlado.
2. Data center de IA Generativa: é um outro bicho completamente diferente. Envolve o uso massivo de GPUs para o treinamento de grandes modelos de IA como o ChatGPT, o Gemini, o Claude etc. São máquinas que consomem energia de subestação da CHESF e água de açude.

Assim, os data centers de IA Generativa pertencem a outra ordem de grandeza. São muito mais potentes e intensivos em energia, água e conectividade. Os data centers de IA exigem infraestrutura elétrica e térmica de alto desempenho, transformando-se em instalações comparáveis a pequenas usinas elétricas. O PBIA alerta para essa desproporção de forma quase profética:

“O consumo de água para resfriamento dos data centers do Google, 19 bilhões de litros de água em 2022 (Berreby, 2024), é comparável ao de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes. Florianópolis, com 500 mil habitantes, por exemplo, consome cerca de 25 bilhões de litros de água por ano.” (pag. 18, PBIA).

Daí, a pergunta que não quer calar: por que as big techs querem, a todo preço, ou melhor, ao “mínimo preço”, instalar seus data centers de IA generativa no sul global, notadamente no Brasil?

Lá vai a resposta para a qual não podemos fazer “ouvido de mercador”: as big techs querem tudo o que o governo oferece (desoneração de impostos, facilidades regulatórias e tudo o mais prometido) e, de quebra, se livrar das complicações socioambientais que já enfrentam lá fora.

No Texas (EUA), projetos gigantescos de data centers já despertaram reações populares e protestos públicos contra o uso intensivo de água e energia por data centers de IA. As gigantes estão descobrindo que não basta falar em “IA verde” quando o resfriamento das máquinas seca aquíferos inteiros. E, como sempre, o caminho mais curto para aliviar a consciência corporativa é encontrar um país de energia limpa, tributos generosos e sociedade distraída. O Brasil corre, assim, o risco de se tornar refúgio ecológico do colonialismo digital, atraindo as máquinas com seus efeitos ambientais colaterais, mas não o conhecimento.

Quanto mais se lê o PBIA, mais incomoda o distanciamento do REDATA. Logo nas primeiras páginas, o PBIA desenha com clareza o caminho que deveríamos estar trilhando:

Pag 19, PBIA: O País pode se posicionar como líder em data centers e infraestrutura de IA de baixo impacto ambiental, atraindo investimentos e promovendo inovações em computação verde e eficiência energética em IA.

Pag 29, PBIA: O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) se baseia em dez premissas fundamentais que orientam sua estruturação e implantação:

- 01) Foco no bem-estar social: Como a IA pode melhorar a vida das pessoas? Priorizando ações que contribuam para a inclusão social e redução das desigualdades, garantindo que os benefícios da IA alcancem toda a sociedade brasileira;
- 02) Geração de capacidades e capacitações nacionais: investir em infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento, inovação e formação de talentos brasileiros em IA;
- 03) Soberania tecnológica e de dados: desenvolver capacidades nacionais em IA para garantir a autonomia tecnológica e a competitividade econômica do Brasil;

Na mesma página 29, o PBIA deixa cristalino o propósito maior de toda a sua arquitetura conceitual, um daqueles trechos que deveriam estar colados na parede de cada ministério:

- Promover o desenvolvimento, a disponibilização e o uso da inteligência artificial no Brasil, orientada à solução dos grandes desafios nacionais, sociais, econômicos, ambientais e culturais, de forma a garantir a segurança e os direitos individuais e coletivos, a inclusão social, a defesa da democracia, a integridade da informação, a proteção do trabalho e dos trabalhadores, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico sustentável da nação.

O PBIA ainda vai além, projetando um horizonte de ambição que o REDATA parece sequer ter folheado. Na página 35, o documento pergunta com honestidade estratégica: “Quando queremos chegar?”. E responde sem hesitar:

- Em três anos: buscamos expandir a capacidade computacional nacional dedicada à IA em 100%, estabelecendo pelo menos dois novos centros de supercomputação especializados em IA.
- Em cinco anos: pretendemos posicionar o Brasil entre os top 5 países em capacidade computacional para IA. Buscamos estabelecer uma infraestrutura nacional de dados para IA integrando bases de diferentes setores e garantindo acesso seguro para pesquisadores e desenvolvedores.

Ou seja, o plano original de um “Brasil brasileiro” sonhava grande e com método. Mas parece que alguém, entre planilhas e viagens a Washington, trocou o verbo “desenvolver” por “importar”.

Pag 42, PBIA: Onde queremos chegar?

- O Brasil se tornará um líder global em adoção e desenvolvimento de IA para inovação empresarial. O País será referência em soluções de IA para setores estratégicos como agricultura de precisão, indústria 4.0 e serviços financeiros inovadores. Além disso, o Brasil se estabelecerá como um polo global de data centers, aproveitando suas vantagens competitivas e fortalecendo sua cadeia produtiva local.

Pag 46, PBIA: Considerações finais

- O PBIA, “IA para o bem de todos”, representa um marco significativo na jornada do Brasil rumo à liderança em tecnologias de IA, com um foco claro no desenvolvimento sustentável e no bem-estar social. Este plano ambicioso visa não apenas a impulsionar o avanço tecnológico, mas também garantir que os benefícios da IA sejam acessíveis e benéficos para todos os brasileiros.

Essa formulação do PBIA, que em outros contextos poderia soar como devaneio tecnocrático, aqui se revela como projeto ético e social. Trata-se de uma abordagem centrada no ser humano, na acessibilidade universal e no respeito à dignidade e à diversidade, um compromisso explícito com os direitos sociais, com a redução das desigualdades e com a prevenção de vieses discriminatórios.

Se as ações da equipe Haddad viessem de um governo liberal, a esquerda as chamaria de entreguismo da soberania. Hoje, o que vemos é o “entusiasmo do colonizado” essa mistura de deslumbramento e dependência que faz o país aplaudir o que deveria regular e importar o que deveria criar, como destaque no livro “Soberania Digital – Colonização e Letramento Digital”.

Não creio mesmo que essa narrativa se aplique a Fernando Haddad, professor de Ciência Política da USP, um respeitado intelectual, comprometido com um Brasil Soberano, e que tive o privilégio de conhecer como Ministro da Educação, em 2005.

BORA, Fernando, ainda dá tempo!

Mauro Oliveira

PhD em Informática (Sorbonne University) e mestre em Enga Elétrica (PUC-Rio). Foi Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.